

22/03/2012

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S)	: JOSÉ MARIA DE MELO
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: PENAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO PENAL. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. DESEMBARGADOR DO ESTADO DO CEARÁ. EX-PRESIDENTE E EX-CORREGEDOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO. DESLOCAMENTO PARA O PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. SÚMULAS 394 E 451 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INAPLICABILIDADE. PROVIMENTO VITALÍCIO. GARANTIA CONFERIDA AOS SERVIDORES DA ATIVA PARA PERMANECEREM NO CARGO. RECURSO IMPROVIDO.

I – A vitaliciedade é garantia inerente ao exercício do cargo pelos magistrados e tem como objetivo prover a jurisdição de independência e imparcialidade.

II – Exercem a jurisdição, tão-somente, os magistrados na atividade, não se estendendo aos inativos o foro especial por prerrogativa de função.

III – A aposentadoria do magistrado, ainda que voluntária, transfere a competência para processamento e julgamento de eventual ilícito penal para o primeiro grau de jurisdição.

IV – Recurso extraordinário a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria e nos termos do voto do Relator, negar provimento ao recurso, contra os votos dos Senhores Ministros

RE 549.560 / CE

Menezes Direito, Eros Grau, Gilmar Mendes e Presidente, Ministro Cezar Peluso. Não votaram os Senhores Ministros Luiz Fux e Dias Toffoli .

Brasília, 22 de março de 2012.

RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR

23/10/2007

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S)	: JOSÉ MARIA DE MELO
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

QUESTÃO DE ORDEM

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO - Senhor Presidente, sei que a Corte já decidiu essa matéria, no Plenário, conforme o eminente advogado teve a oportunidade de destacar, e, agora, o eminente Ministro Ricardo Lewandowski, na mesma seara, trilhou.

Essa perspectiva trazida pelo advogado é extremamente inteligente, porque o Diploma Constitucional Brasileiro faz referência à vitaliciedade dos magistrados.

Já acabamos com a vitaliciedade, do ponto de vista temporal, no que diz respeito à aposentadoria compulsória, que não é mais vitalício. A Constituição tem uma regra que não é mais aplicada, porque a vitaliciedade - o nosso eminente lingüista, Ministro Carlos Britto, há de concordar comigo - é uma regra que ficou ultrapassada. Agora, se não dermos consequência alguma a essa vitaliciedade, que sentido tem ela na Constituição? Porque, mesmo que se admita que a vitaliciedade, do ponto de vista temporal, possa ceder diante da regra geral da aposentadoria aos setenta anos, ela não significa só o limite temporal, mas um estado de coisas que dura a vida inteira, e uma delas é a prerrogativa por função, inerente ao próprio magistrado. Senão estamos dando uma interpretação inteiramente contrária a toda a história do Supremo, que nunca viu palavra inútil na Constituição. Se não dermos nenhuma consequência à expressão “vitalício”, estamos entendendo que esse vocábulo é inútil na Constituição.

Trago o debate a esse aspecto, a essa perspectiva, antes até de proferir o meu voto que é no sentido de, se mantido o entendimento de que estaria alcançado o vocábulo pelo precedente, acompanhar o Relator.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) – Vossa Excelência sugere

549.560 CE

o deslocamento?

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO – Sim, se o Ministro Ricardo Lewandowski me permitir!

Vossa Excelência, que tem sempre os argumentos ferinos nessa interpretação lógico-tradicional, não há de concordar comigo. Que sentido tem o vocábulo vitalício na Constituição? Tiramos um lapso temporal e não damos nenhuma consequência a isso?

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA – Não fomos nós, Ministro! A própria Constituição fixou um marco temporal para o exercício do cargo. Além do mais, o juiz, quando deixa o cargo, passa a exercer outras funções, como, por exemplo, a de advogado, que são incompatíveis, porque estaríamos, então, brigando com outra norma constitucional: a da igualdade. Como é que entre advogados um terá foro especial e o outro não, sendo que ele não é mais juiz?

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO – Estou dizendo que essa expressão está na Constituição como uma qualidade do magistrado.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA – Está e se interpreta assim: vitalício, pela vida toda, até o prazo de vida estabelecido.

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO – Então não é pela vida toda.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA – Isso cansa de cair até nesses concursos, com esse significado, para não ser privilégio.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) – É interessante o deslocamento, porque, com a atual composição, o Tribunal enfrentará a matéria.

Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Menezes Direito. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

23/10/2007

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, pronuncio-me pelo não-deslocamento, com a devida vênia, e tentarei explicar a minha discordância.

Sabemos que prerrogativa, realmente, é direito subjetivo. Aliás, é um superdireito subjetivo porque só alcança uma série fechada e não uma série aberta de beneficiários. A prerrogativa é conferida como superdireito subjetivo para facilitar, adornar o exercício de certas funções ou o desempenho de competências. Vale dizer, a prerrogativa visa, no caso dos magistrados, a desembaraçar-lhes o exercício das competências judicantes, fazendo com que o magistrado atue, no ofício judicante, de modo independente, desembaraçado, ativo, dando satisfações apenas a sua própria consciência.

A prerrogativa está para o agente singular assim como a atribuição está para o órgão. O órgão tem suas competências, engunha atribuições para o mais ativo desembaraçar do exercício das suas competências, mas toda prerrogativa é conferida não **intuitu personae**, é sempre **intuitu funcionae**, ou seja, só se justifica deter uma prerrogativa e dela desfrutar enquanto no exercício do cargo, enquanto no desempenho da função.

No caso da Constituição, o uso da palavra vitaliciedade, que está no artigo 95, inciso I, não se fez de modo coincidente com o vernáculo, com o dicionário, porque, realmente, no dicionário, vitaliciedade é qualidade do que é eterno, perpétuo, vitalício. Aqui, não; vitalício ganha um significado técnico. Como dizia Kelsen, o Direito cria suas próprias realidades em boa medida.

O que significa vitaliciedade? A administrativista Sylvia Zanella, apropriadamente citada pelo eminente Relator, deixa claro: vitaliciedade é um direito de não ser desinvestido do cargo, senão mediante processo judicial. É o contrário da estabilidade. A estabilidade é um direito que

RE 549.560 / CE

significa não poder ser demitido do cargo, senão mediante processo administrativo, em que se faculte ampla defesa, contraditório.

O juiz, não. O magistrado, mais do que isso, mais do que estável, é vitalício, porque somente pode ser demitido mediante processo judicial, decisão judicial. Então, a vitaliciedade ganha um sentido técnico não coincidente com o que lhe confere o vernáculo, o dicionário, ou seja, prosaicamente, o significado é um; juridicamente, o significado é outro. E a Constituição diz assim:

“Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período” – de estágio probatório -, “de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado” – aí vem o que nos interessa – “e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;”

Então, a vitaliciedade consiste nisso, nesse direito de não ser demitido senão mediante processo judicial - lógico, em que se faculte ampla defesa, contraditório ao acusado, ao processado - e depois do trânsito em julgado da sentença condenatória, da sentença judicial.

Claro que o título de desembargador, no caso, como de Ministro, permanece após a aposentadoria, mas isso é para fins honoríficos. É uma boa tradição, talvez para fins protocolares etc permaneça, mas o fato é que, aposentado, o magistrado decai do exercício do cargo e apeia da prerrogativa; ele se despoja da prerrogativa. Aliás, a linha do voto do Ministro Néri da Silveira parece-me ter o mesmo conteúdo: vincular o gozo da prerrogativa ao exercício do cargo.

Por que a prerrogativa tem esse caráter **intuitu functionae** e não pode ser jamais **intuitu personae**? Porque, se fosse o magistrado, embora desinvestido da função em definitivo, transportaria consigo a prerrogativa como se fosse a roupa do próprio corpo.

Quanto à questão de ordem, entendo que a matéria está decidida.

** ** *

23/10/2007

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560

EXPLICAÇÃO

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO - Vossa Excelência me permite que faça observação à Ministra Cármen Lúcia e ao Ministro Carlos Britto. Primeiro com relação à Ministra Cármen Lúcia gostaria de observar o seguinte: não estou dizendo que aquele que deixa a magistratura e se inscreve na ordem deva ter a cobertura da prerrogativa de função, por um motivo muito simples, no momento em que há inscrição na ordem ele renuncia a sua condição de magistrado, porque passa a exercer uma outra atividade. Ele não tem mais a prerrogativa de magistrado, ele nem pode, sequer mais, utilizar o título porque renunciou, **sponte propria**, a sua condição de magistrado aposentado.

Com relação ao Ministro Carlos Ayres Britto - a quem eu sempre ouço com inusitado prazer - gostaria de observar o seguinte: estamos admitindo, à guisa de interpretação, um conceito que contradita interpretação usual que nós damos. Estamos tomando o vocábulo vitalício, estamos dando a esse vocábulo "vitalício" um conceito que, do ponto de vista lingüístico, não tem, absolutamente não tem essa explicitação dos administrativistas, distinguindo

RE 549.560 / CEARÁ

vitaliciedade de estabilidade, com todo maior respeito, do ponto de vista lingüístico, não existe. É, até mesmo, uma agressão à língua, porque a vitaliciedade tem um conceito próprio, mais do que isso, nós dizemos, juízes que somos todos, primeiro grau, segundo grau, tribunais superiores e, nesta Suprema Corte, que não existem palavras inúteis na Constituição, nós, simplesmente, fomos tirando, das nossas prerrogativas constitucionais, tudo que elas continham. Por exemplo, assegurou-se a irredutibilidade de vencimentos, isso não é brasileiro, isso está no federalista, essas prerrogativas não nascem com a Constituição brasileira e nem nascem no Direito Constitucional brasileiro. Elas não nascem aqui, quem leu federalista sabe que lá quando os federalistas escreveram os artigos eles relataram especificamente a natureza da função judicante, que equipararam a função da chefia do Estado americano, tal a relevância que se atribuía.

Aqui acabamos com a irredutibilidade de vencimentos, que não existe mais, porque é irredutível, salvo, salvo, salvo.... O que estou propondo não é desqualificar a decisão do Pleno tomada, apenas fiz uma observação no sentido de que me parece muito inteligente a criação porque ela, pelo menos, autoriza que se dê uma conseqüência à expressão que consta - como disse Vossa Excelência - do artigo 95, inciso I da Constituição. Foi apenas uma observação, eu sou disciplinado no que concerne à obediência, jurisprudência da Corte, apenas me pareceu extremamente inteligente que eu nunca tinha

RE 549.560 / CEARÁ

vista, ainda, a argumentação caminhar nesse sentido, sabido, e peço desculpas por ter me alongado, de vez enquanto é bom discutirmos um pouco.

#

Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Menezes Direito. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

23/10/2007

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

PRIMEIRA TURMA
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560
VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA – Senhor Presidente, eu também penso conforme o Ministro Carlos Britto. Como há um precedente da Segunda Turma, em respeito aos seiscentos processos que aguardam no Plenário, preferiria que fosse resolvido.

É realmente um tema muito interessante e que poderia ser decidido aqui.

#

23/10/2007

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

VOTO SOBRE QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) –
Acompanho o voto do relator na questão de ordem.

Entendo que o tema está a merecer discussão. Voto no sentido de o julgamento ser afetado ao Plenário.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560-4

PROCED.: CEARÁ

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

RECTE.(S): JOSÉ MARIA DE MELO

ADV.(A/S): EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(A/S)

RECD.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Decisão: A Turma, em questão de ordem, por maioria de votos, decidiu afetar ao Tribunal Pleno o julgamento do presente recurso extraordinário; vencidos o Ministro Carlos Brito e a Ministra Cármen Lúcia. Falou pelo recorrente o Dr. Marcelo Leal. 1ª. Turma, 23.10.2007.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.


Ricardo Dias Duarte
p/ Coordenador

20/02/2008

TRIBUNAL-PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560-4 CEARÁ

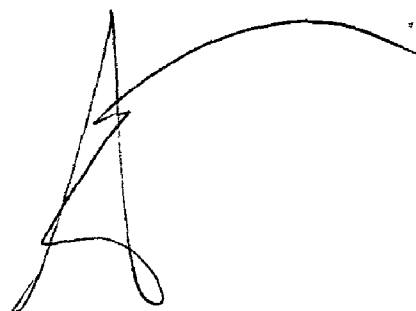
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECORRENTE(S) : **JOSÉ MARIA DE MELO**
ADVOGADO(A/S) : **EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(A/S)**
RECORRIDO(A/S) : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: - Trata-se de agravo de instrumento convertido em recurso extraordinário criminal (fl. 606), com fundamento no art. 102, III, **a**, da Constituição da República, interposto por **JOSÉ MARIA DE MELO**, Desembargador aposentado do Estado do Ceará.

O recorrente interpôs, perante o Superior Tribunal de Justiça, agravo regimental contra decisão monocrática que declinou da competência do STJ para julgá-lo criminalmente por encontrar-se aposentado (fl. 508). A Corte Especial daquele Tribunal negou provimento ao recurso, sendo rejeitados os embargos de declaração opostos contra tal decisão. (fl. 542).

Eis as ementas dos julgados:

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a tall vertical stroke with a loop at the top and a horizontal stroke at the bottom.

RE 549.560 / CE

"AÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL.
DESEMBARGADOR. APOSENTADORIA. FORO PRIVILEGIADO.
VITALICIEDADE.

1. O magistrado aposentado, afastado que se encontra, para sempre, da função judicante não está amparado pelas 'garantias especiais de permanência e definitividade no cargo'.

2. Em decorrência, não tem direito a foro privilegiado pelo encerramento definitivo do exercício da função, inclusive em decorrência do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (Informativo 401) declarando contrários à Constituição Federal os §§ 1º e 2º do art. 84 do Código de Processo Penal, inseridos pelo art. 1º da Lei 10.628 de 2002.

3. Agravo regimental desprovido."

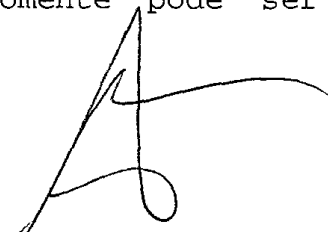
"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM
NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE DE
ACOLHIMENTO.

1 - Não ocorrentes as hipóteses insertas no art. 619 do CPP, tampouco equívoco manifesto no julgado recorrido, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, onde se objetiva rediscutir a causa.

2 - Embargos de declaração rejeitados."

Inconformado, interpôs o recorrente o presente RE, que não foi admitido pelo Superior Tribunal de Justiça (fls. 569-570). Essa decisão foi combatida por meio de agravo de instrumento, que converti em recurso extraordinário (fl. 606).

Sustenta o recorrente, em síntese, que se aplica à espécie o art. 95, I, da Constituição Federal, que assegura a vitaliciedade aos magistrados, garantia que somente pode ser



RE 549.560 / CE

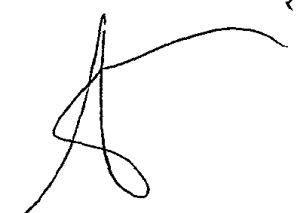
afastada por sentença transitada em julgado, na qual se consigne a perda do cargo.

Citando José Afonso da Silva, consigna que, "uma vez tornado vitalício, isto é, titular do cargo por toda a vida, o juiz dele só pode ser afastado por vontade própria e apenas o perderá por sentença judiciária ou aposentadoria compulsória ou disponibilidade" ¹ (fls. 565-566).

Afirma, mais, que a correta leitura do art. 105, I, **a**, da Constituição Federal, inclui na competência do Superior Tribunal de Justiça o julgamento de Desembargadores aposentados, visto que interpretação diferente colocaria o recorrente - ex-Presidente e ex-Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - em situação inusitada, pois o submeteria a julgamento por magistrado que eventualmente possa ter sofrido alguma sanção disciplinar por ele imposta (fl. 569).

Requer, ao final, o provimento do recurso para que seja reconhecida a negativa de vigência ao art. 5º, XXXV, LIV, LV, e § 2º, da Constituição Federal, bem como, quanto aos embargos de declaração, ao art. 93, IX, do mesmo diploma. Alternativamente,

¹ *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 580.



RE 549.560 / CE

requer sejam tidos como transgredidos os arts. 95, I, e 105, I, **a**, da Carta Magna.

Em contra-razões, alega o *Parquet*, em suma, que as garantias constitucionais dos magistrados - vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídios - referem-se, única e exclusivamente, aos magistrados no efetivo exercício do cargo (fl. 580).

Assevera, também, que a prerrogativa de foro prevista no art. 105, I, **a**, da CF, tem por objetivo assegurar o pleno exercício das funções jurisdicionais, não sendo aplicável aos magistrados aposentados (fls. 580-581).

Diz, ainda, que, com a declaração de inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º do art. 84 do Código de Processo Penal (ADI 2.797/DF), não há mais que se cogitar de foro privilegiado por prerrogativa de função, ainda que as condutas havidas como delituosas tenham sido cometidas durante o exercício do cargo (fl. 581).

Em razão do exposto, pleiteia o improvimento do recurso (fl. 581).

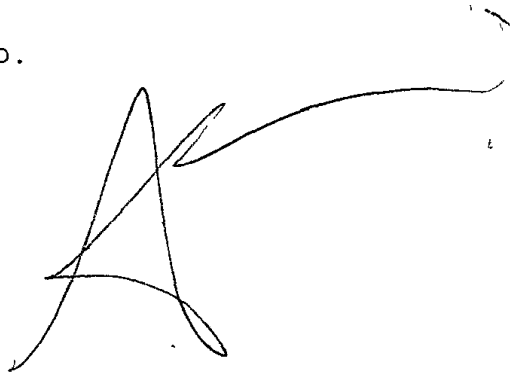


RE 549.560 / CE

O Ministério Público Federal, por meio do parecer de lavra do Subprocurador-Geral da República Mario José Gisi, opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 612-620).

A Primeira Turma desta Suprema Corte, em sessão de 23 de outubro de 2007, afetou o julgamento ao Tribunal Pleno.

É o relatório.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large capital 'A' followed by a long horizontal stroke that curves upwards at the end.

20/02/2008

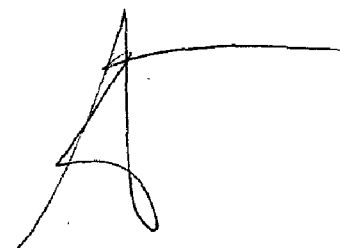
TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560-4 CEARÁV O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): O presente RE, cujo julgamento foi iniciado na Primeira Turma, foi afetado ao Pleno desta Corte, em virtude da natureza da questão nele debatida, qual seja, saber se o foro especial, por prerrogativa de função é ou não extensível àqueles que se aposentaram em cargos cujos ocupantes ostentavam tal garantia.

Bem examinado o tema, constato que a jurisprudência desta Suprema Corte fixou-se no sentido contrário à pretensão do recorrente.

Com efeito, quando do julgamento do HC 80.717/SP, relatora para o acórdão a Ministra Ellen Gracie (DJ 5/3/2001), o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que, com o cancelamento da Súmula 394 desta Casa, afastou-se a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para proceder ao julgamento de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho aposentado.

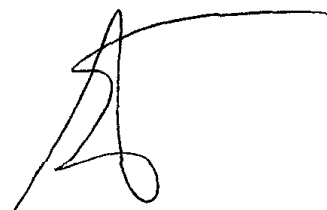


RE 549.560 / CE

Tal orientação baseou-se no julgamento da Questão de Ordem no Inquérito 687-4/SP, Relator o Ministro Sydney Sanches (DJ 9/11/2001), oportunidade em que, ao se cancelar a Súmula 394 do STF, ficou vencida a proposta de edição de novo verbete, determinando-se a remessa dos autos ao primeiro grau de jurisdição.

Em seguida, o Ministro Néri da Silveira proferiu decisão monocrática, como Relator, no Recurso Extraordinário 291.485/RJ (DJ 23/4/2003), que explicita o entendimento desta Corte acerca da matéria, amparado em parecer do Procurador Geral da República:

"... o foro especial por prerrogativa de função, como a própria expressão bem define, busca resguardar a função pública e está fundado na utilidade pública, no princípio da ordem e da subordinação. É certo que o magistrado, no exercício do ofício judicial, goza da prerrogativa de foro especial, de previsão constitucional. Ocorre que a garantia não visa garantir a pessoa do juiz. Não é uma garantia a este voltada. Ao contrário, tal garantia é dirigida aos jurisdicionados na medida em que assegura ao juiz o livre desempenho de suas funções. Assim, se por um lado é certo que o juiz aposentado não deixa de ser magistrado, não é menos certo que, com a aposentadoria, não exerce mais função judicante. Levando-se em conta esta consideração, não mais havendo o exercício da função judicante, não há, evidentemente, que perdurar o foro especial, porque o resguardo dos jurisdicionados, no caso, não é mais necessário. Não vemos, de outra parte, qual seria a ofensa, ou o desrespeito, ou a gravidade do fato de o magistrado aposentado ver-se julgado por um juiz de primeira instância, ou nas palavras do desembargador Gama Malcher em seu voto vencido 'um juiz de direito



RE 549.560 / CE

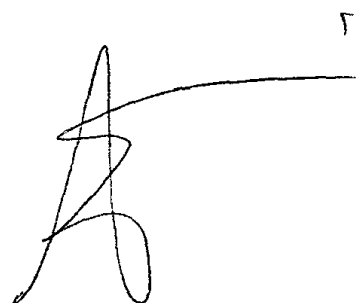
inferior (talvez até ainda não vitalício)'. Não vemos, tampouco, como se daria, ainda nas palavras do desembargador, a subversão da ordem e a admissão de que até que o membro da mais alta corte de justiça pudesse vir a sofrer a perda da vitaliciedade por decisão de um juiz ainda iniciante na carreira. cremos que se uma pessoa foi considerada apta a exercer a atividade judicante, depois de extenuante concurso de provas e títulos e ainda a análise de sua conduta perante a sociedade, e se esta mesma pessoa pode julgar e condenar cidadãos, e se esta mesma pessoa pode julgar e condenar cidadãos, independentemente de suas profissões, estará igualmente apto e isento para julgar o magistrado aposentado.

(...)

Cumpra lembrar que o Supremo Tribunal Federal já foi instado a se pronunciar sobre a matéria na Questão de Ordem suscitada no inquérito 687-4/SP, oportunidade na qual o Ministro Sydney Sanches assim se manifestou: 'Mas também não se pode, por outro lado deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger quem o exerce. Menos ainda quem deixa de exercê-lo. Aliás, a prerrogativa de foro perante a Corte Suprema, como expressa na Constituição Brasileira, mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é contraditória no Direito Constitucional Comparado'".

E continua o Ministro Néri da Silveira:

"De fato, com o cancelamento da Súmula 394, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Inquérito 687-4/SP, sessão de 25.08.1999, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, cessou a competência especial por prerrogativa de função quando encerrado o exercício funcional que a ela deu causa. Assim, não merece qualquer reparo a decisão do Órgão Especial do TJRJ".



RE 549.560 / CE

As mesmas razões de decidir fundamentaram o julgamento do RE 295.217/RJ, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ 26/4/2002.

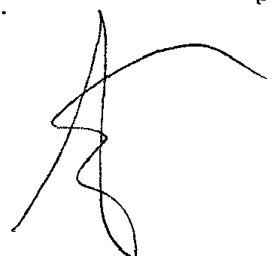
De fato, "provimento", na lição de Maria Sylvia Zanella di Pietro, é o ato pelo qual o servidor público é investido no exercício do cargo, emprego ou função.¹ Já "provimento vitalício", ensina a professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, "é o que se faz em cargo público, mediante nomeação, assegurando ao funcionário o direito à permanência no cargo, do qual só pode ser destituído por sentença judicial transitada em julgado".²

Vê-se, pois, que o provimento vitalício é o ato que garante a permanência do servidor no cargo, o que, por óbvio, somente se aplica àqueles que integram as fileiras ativas da carreira pública.

A vitaliciedade dos magistrados brasileiros não se confunde, por exemplo, com a *life tenure* garantida a certos juízes norte-americanos, em especial aos membros da Suprema Corte dos Estados Unidos, os quais continuam no cargo enquanto bem servirem

¹ *Direito Administrativo*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 524.

² *Op. cit.* p. 527.



RE 549.560 / CE

ou tiverem saúde para tal, visto que, entre nós, dele podem ser afastados por vontade própria, sentença judiciária, disponibilidade e aposentadoria voluntária ou compulsória.³

Prerrogativa, ademais, não deve ser confundida com privilégio. O foro por prerrogativa de função dos magistrados existe para assegurar o exercício da jurisdição com independência e imparcialidade, constituindo, assim como ocorre com a imunidade dos parlamentares, antes, uma garantia dos cidadãos, e só de forma reflexa uma proteção daqueles que, temporariamente, ocupam certos cargos no Judiciário ou no Legislativo. Não configura, à evidência, prebenda assegurada aos membros da magistratura ou a integrantes de qualquer corporação.

É, na lição de José Afonso da Silva, *"uma condição para o exercício da função judicante, que exige garantias especiais de permanência e definitividade no cargo"*,⁴ tratando-se de uma *"prerrogativa da instituição judiciária e não da pessoa do juiz"*.⁵

Por fim, consigno que não há falar em eventual risco de parcialidade por parte de magistrado de primeiro grau para o

³ Cf. SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 27ª ed. São Paulo: Malheiros. 2006, p. 590.

⁴ SILVA, José Afonso. *Comentário Contextual à Constituição*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 514.

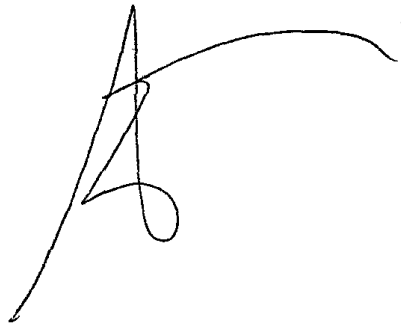
⁵ *Op. cit.*, *loc. cit.*



RE 549.560 / CE

julgamento da causa, pois a lei processual, como se sabe, prevê o manejo de exceções aptas a conjurar tal hipótese.

Isso posto, e acompanhando a jurisprudência da Corte, nego provimento ao recurso.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' with a long horizontal stroke extending to the right and a small loop at the bottom.

20/02/2008

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Senhora Presidente, apenas para ressaltar o aspecto de que a matéria já se encontra julgada por este Tribunal. Refiro-me à ação direta de inconstitucionalidade da qual foi relator o Ministro Sepúlveda Pertence, quando assentamos a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 84 do Código de Processo Penal, que versa também a competência por prerrogativa de foro – versava, já que não existe mais o preceito – alusiva à atuação do Superior Tribunal de Justiça.

A pergunta que se faz é: se houve um pronunciamento nesse sentido em processo objetivo, com eficácia *erga omnes*, podemos agora marchar para discussão da matéria? E, ao fazê-lo, chegar até mesmo à conclusão de que subsiste, em que pese à aposentadoria, a prerrogativa de foro? A resposta para mim é desenganadamente negativa. Estaremos atuando, se concluirmos dessa forma, neste recurso extraordinário, como legisladores positivos, restabelecendo – muito embora de forma mitigada, já que dirá respeito à conclusão apenas à competência do Superior Tribunal de Justiça – o § 1º do artigo 84.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Senhora Presidente, lembro-me bem do debate que travamos naquela assentada; e o Ministro Sepúlveda Pertence, muito cauteloso na sua formulação, limitou-se a dizer que estava apenas a apontar uma inconstitucionalidade formal, que o legislador não poderia corrigir a interpretação adotada pelo Tribunal. Coisa que o depoente não acredita, segundo a experiência histórica, mas foi essa a posição que Sua Excelência adotou.

Insisti nesse debate e os anais podem confirmar. Sua Excelência, inicialmente, até avançou para uma inconstitucionalidade material, mas depois se convenceu de que, quando muito, havia uma inconstitucionalidade formal. Significava dizer que o legislador não poderia. Tanto é que Sua Excelência ressaltou a discussão que se seguiria

RE 549.560 / CE

à questão da improbidade, que depois terminamos no “Caso Sardenberg”.

Portanto, não há aqui, embora saúde a adesão do Ministro Marco Aurélio ao efeito vinculante, que se falar em efeito vinculante, porque a própria decisão fazia a ressalva.

20/02/2008

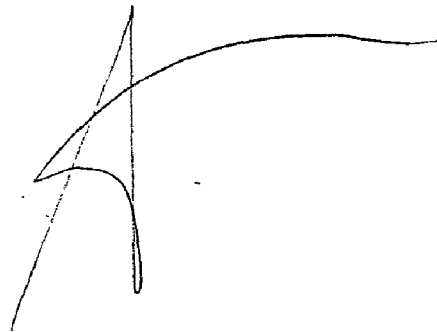
TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560-4 CEARÁ

CONFIRMAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) -
Acompanho, *data venia*, o entendimento do Ministro Marco Aurélio,
exatamente na linha do que foi decidido na ADI mencionada.

Mantendo meu voto.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' with a long horizontal stroke extending to the right.

20/02/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

VOTO

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO - Senhora Presidente, conta-se que, ainda muito jovem, Augusto Frederico Schmidt foi a Paris e, ao encontrar-se com Sartre, mostrou-lhe uma de suas poesias. Depois de lê-la, Sartre respondeu-lhe: *Il faut oser, Monsieur Schmidt. Il faut oser.*

Assim, peço vênias a Vossas Excelências e aos eminentes ministros relator e Marco Aurélio para encaminhar o meu pensamento em sentido contrário ao manifestado pelo ilustre ministro Ricardo Lewandowski em seu precioso voto.

Primeiramente, entendo estarmos diante de uma situação exemplar, não contemplada, pelo menos até onde vai o meu conhecimento, em nenhum dos precedentes citados. Está-se aqui a examinar o fato de que um ex-desembargador, atualmente aposentado, cometeu ou teria cometido algum delito no exercício da função judicante. Ou seja, no momento do exercício da sua atividade judicante, ele teria cometido um delito, o qual foi, posteriormente, objeto de uma determinada ação, que começou após esse desembargador ter cessado a sua atividade.

RE 549.560 / CEARÁ

Numa palavra, estamos a examinar se existe ou não a possibilidade concreta de revestir-se a atividade judicante das garantias constitucionais que lhe são próprias, quais sejam, as constantes - pelo menos na minha compreensão - do artigo 95, inciso I, da Constituição da República, que assegura, dentre as diversas garantias que enumera, a relativa à vitaliciedade.

Ora, se um magistrado é vitalício no exercício da sua função judicante e se, eventualmente, em razão dessa atividade, comete determinado ato que pode ser imputado como o objeto de determinada ação, esta não se refere a qualquer atividade posterior ao exercício da função judicante, mas, ao revés, ao converso, refere-se concretamente ao exercício da função judicante. Quando um magistrado, sob qualquer circunstância, em qualquer instância, em qualquer tribunal, exerce atividade judicante, tem de ter, até por princípio de responsabilidade do sistema constitucional, a proteção que a Constituição lhe assegura.

Não bastasse esse fundamento, a meu ver suficiente, pelo menos - insisto - na perspectiva em que enxergo o problema posto a julgamento desta Suprema Corte, o nosso país, recentemente - creio que em 2002 -, participou do chamado Estatuto de Roma, que aprovou o Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Desse Estatuto, consta um dispositivo, integrado pela adesão brasileira, relativo à

RE 549.560 / CEARÁ

garantia dos juízes que o integram. Trata-se do artigo 48, que explicitamente diz:

Art. 48.....

Privilégios e imunidades

1 - O Tribunal gozará, no território dos Estados Partes, dos privilégios e imunidades que se mostrem necessários ao cumprimento das suas funções.

2 - Os juízes, o procurador, os procuradores-adjuntos e o secretário gozarão, no exercício das suas funções ou em relação a estas, dos mesmos privilégios e imunidades reconhecidos aos chefes das missões diplomáticas, continuando a usufruir de absoluta imunidade judicial relativamente às suas declarações, orais ou escritas, e aos actos que pratiquem no desempenho de funções oficiais após o termo do respectivo mandato."

Na minha avaliação, o Tribunal Penal Internacional quis assegurar no seu estatuto exatamente a proteção ao exercício da atividade judicante. Não haveria outro sentido o privilégio, que não é privilégio, mas prerrogativa dos magistrados, senão o de cobrir, proteger e assegurar garantia necessária ao exercício da função, conforme a prerrogativa específica conferida pela Constituição por meio do inciso I do artigo 95.

Entendo, primeiro, para não me alongar mais - o que não é do meu feitio -, que a matéria pode, sim, e deve ser submetida ao julgamento do Pleno desta Suprema Corte por conter essa particularidade, que, ao meu sentir, deve s enfrentada. Em segundo lugar, se enfrentada, como entendo deva sê-lo, a minha convicção é - com a vênia mais uma vez do eminente Ministro Ricardo Lewandowski,

RE 549.560 / CEARÁ

que sempre nos brinda com votos preciosos, e do eminente Ministro Marco Aurélio - para conhecer do recurso interposto assegurando a esse magistrado aposentado plena prerrogativa das garantias inerentes à magistratura, constando que o ato objeto do processo foi praticado no exercício da função judicante.

Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Menezes Direito. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

20/02/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560-4 CEARÁEXPLICAÇÃO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) -

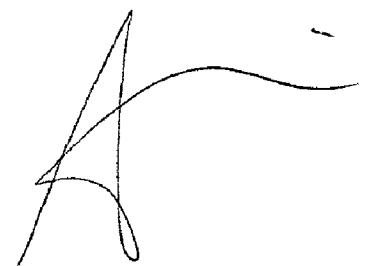
Senhora Presidente, peço a palavra apenas para fazer um brevíssimo esclarecimento, por meio de um resumo, dos ilícitos pelos quais o recorrente está sendo acusado:

1ª) incompatibilidade do vultoso patrimônio do Indiciado com seus vencimentos de magistrado, constituído de 37 (trinta e sete) imóveis, além de semoventes e 04 (quatro) veículos;

2ª) substituição, pelo Indiciado, através de Portaria, de Juízes que se achavam na presidência de processos, com a designação de outros Julgadores de sua confiança para a condução dos feitos, dentre eles dos Juízes FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, ANTÔNIO GEOVANI ALENCAR, JOSÉ EDMAR ARRUDA COELHO e JOSÉ MARIA DE VASCONCELOS MARTINS;

3ª) 'acordo' feito pelo Desembargador **JOSÉ MARIA DE MELO** com todos os Cartórios do Estado do Ceará, para que doassem o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos valores das taxas do Fermoju, ingressados nos cofres estaduais através de depósitos bancários, sem que o Indiciado deles tenha prestado contas;"

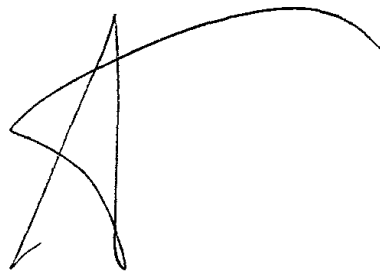
E, aí, arrolam-se uma série de outras imputações.



RE 549.560 / CE

Portanto, não se trata de um ato praticado no exercício da função judicante. Não se está protegendo, aqui, um ato jurisdicional; são atos realmente inquinados e culminados como crimes.

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO - Vossa Excelência me perdoe, mas todos esses fatos aqui narrados - pelo menos isso foi o que chegou ao meu conhecimento pela leitura do parecer da Procuradoria da República e também pela intervenção do advogado - o foram enquanto, hoje, este Desembargador aposentado estava no exercício da função judicante. Se ele estava no exercício da função judicante - e é isso que estou tentando pelo menos refletir como meu pensamento -, ele merece a garantia que a Constituição assegura no que concerne à prerrogativa de foro.



Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Menezes Direito. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

20/02/2008

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Senhora Presidente, peço a palavra não para dar mão à palmatória, porque não é o caso, mas apenas para admitir que tem procedência o que afirmado pelo Ministro Gilmar Mendes quanto à base do pronunciamento do Supremo Tribunal para assentar a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 84 do Código de Processo Penal.

Realmente, consideramos que, após o Supremo Tribunal interpretar a Carta Federal, veio à balha uma norma ordinária que afastou essa mesma interpretação e, por via de consequência, alterou, evidentemente, a Constituição. Daí ter-se proclamado o vício formal.

Desejo ressaltar um aspecto: qual seria o *discrímen*, na espécie? Qual seria a base para, em relação à clientela interna, adotarmos enfoque diverso do que aprovamos em inúmeros pronunciamentos e, inclusive, agora, por último, no tocante ao caso da Paraíba que envolveu o Deputado Ronaldo Cunha Lima? Seria simplesmente o fato de haver a perseguição criminal, levando em conta o desenvolvimento da atividade judicante?

Ao revermos o verbete que projetava, no tempo, a prerrogativa de função, consideramos esse fato. Não prevaleceu, inclusive, a proposta de apenas alterar o verbete, e não de cancelá-lo, formalizada pelo Ministro Sepúlveda Pertence, no que Sua Excelência mantinha a prerrogativa de foro, mesmo o acusado tendo deixado o cargo exercido anteriormente – e não consigo imaginar vitaliciedade sem exercício do cargo –, no tocante a atos praticados quando ocupado o próprio cargo.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Considerada a jurisprudência, nem mesmo Ex-Presidente da República teria prerrogativa, mas um Ex-Desembargador terá!

RE 549.560 / CE

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).

20/02/2008

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

À revisão de apertes dos Srs. Ministros Menezes Direito e Celso de Mello.

EXPLICAÇÃO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhora Presidente, se me permite a intervenção, o eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, como sempre brilhante e muito inteligentemente, ao recorrer a argumentos variados e amplos, buscou, no Estatuto do Tribunal Penal Internacional, uma norma muito interessante, mas ininvocável no caso. Assim o considero, **data venia**, por dois motivos. Primeiro, porque não temos nenhuma norma igual. Segundo, porque tem ela uma razão histórica bem clara, aliás agitada, recentemente, a respeito - coisa que diz muito de perto com esta Corte - da questão de o Tribunal de Justiça da União Européia ter debates fechados, e não abertos. Alegou-se que os membros daquela Corte, o Tribunal Penal Internacional, no exercício da função, e, por via de consequência, **a fortiori** cessado o exercício do cargo, poderiam ficar sujeitos a injunções de ordem política dos Estados nacionais de onde provêm. Ou seja, há ali situação peculiaríssima, porque, até depois de retornarem aos seus Estados e reassumirem funções ou atividades originais, os membros da Corte podem sofrer pressão estatal. Portanto, trata-se de norma de vocação explícita, que o ordenamento jurídico brasileiro não contém, e não sei se conviria que contivesse, voltada a garantir os ex-membros de tribunais contra pressões do Estado, que lhe seriam insuportáveis.

Ocorreu-me, então, a seguinte consideração: como basear-se o raciocínio numa norma, à qual não corresponde, no ordenamento jurídico brasileiro, nem regra, nem norma, nem princípio, porque as situações são absolutamente diferentes? Que pressão de igual intensidade, de igual força, suportam aqui os ex-magistrados? Não há pressão estatal contra eles depois que se aposentam!

RE 549.560 / CE

Desse modo, o recurso à analogia com norma do direito alienígena não cabe neste caso - a mim, parece-me, com o devido respeito -, porque as situações são diferentes, e as garantias estão voltadas a circunstâncias absolutamente distintas.

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO - Se me permite, quero apenas fazer uma explicitação, diante da intervenção sempre oportuna de Vossa Excelência, a quem todos - e eu particularmente, com muito afeto - respeitamos.

Quero dizer-lhe que a minha invocação não reflete analogia, muito ao contrário. Se Vossa Excelência tivesse observado o meu raciocínio, veria que eu apenas fiz a invocação dessa norma para demonstrar que, também na área internacional, é possível revestir o magistrado, nas suas atuações, dessa prerrogativa. Mais que isso: a meu sentir, essa prerrogativa, garantida no Tribunal Penal Internacional e sujeita a outras circunstâncias, não difere, em grau, com relação às prerrogativas dos magistrados nacionais, porque as formas existentes de pressão merecem proteção de acordo com elas. A proteção maior é a da prerrogativa, nos termos da Constituição brasileira.

Quero apenas assinalar que não fiz invocação analógica. Ao contrário, referi-me apenas a diploma internacional, já aceito pelo Brasil e que entrou em vigor em 2002 quanto a juízes de um Tribunal Internacional.

Agradeço, assim, a informação de Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhora Presidente, quero esclarecer que não atribuí - e não vou absolvê-lo do que não foi acusado - ao eminente Ministro Carlos Alberto Direito o pensamento de que S. Exa. teria recorrido à analogia. Quis, sim, antecipar ponto de vista que não permitirá a ninguém tirar, do exemplo ilustrativo de Sua Excelência, aplicação analógica. A minha intervenção tem caráter apenas preventivo, e não replicativo, ao argumento que, reconheço, o Ministro não usou. E creio que ninguém deva usá-lo, porque não terá pertinência!

RE 549.560 / CE

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).

Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Menezes Direito. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

20/02/2008

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ**DEBATE**

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Senhora Presidente, quero observar que o debate da questão é extremamente atual e não diz respeito apenas a Cortes internacionais.

Trago, aqui, um artigo do notável Professor Francisco Fernández Segado: *La Sentencia del Tribunal Supremo (Sala de lo Civil), de 23 de enero de 2004, Una Flagrante Quiebra de la Constitución*. Segundo ele, o Supremo Tribunal de Justiça espanhol condenou os integrantes de uma câmara da Corte Constitucional espanhola à responsabilidade civil. Por isso, o autor traz, em seu artigo, uma interpretação da lei orgânica. Vejam, portanto, que não falamos de poesia, muito menos no plano meramente internacional, mas de realidades verificáveis a qualquer momento; é um caso patente. O autor refere-se ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional, que protege os juízes que lá atuam contra eventuais perseguições nos seus países de origem ou em qualquer outro, porque esse é o objetivo.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sim, mas, nesse caso, tratava-se de ato praticado no exercício da função e enquanto era exercida. Muito interessante aí foi que os membros do Tribunal Constitucional acabaram condenados, porque acusados de usurpar competência do Tribunal que corresponde, aqui, ao Superior Tribunal de Justiça.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Foram acusados por retardarem um julgamento. No caso específico, trata-se, sim, de crime funcional, tal como na proposta feita pelo Ministro Sepúlveda Pertence.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Neste caso, não.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Sim, claro. Está-se a imputar ao juiz crime funcional.

RE 549.560 / CE

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO – Não, neste caso. É caso de enriquecimento incompatível com os vencimentos, entre vários, porque há outros crimes que podem ser funcionais. Vamos dividir, agora?

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES – São crimes funcionais. A questão, portanto, tem essa dimensão. E, no caso específico, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito está a ressaltar um aspecto nunca discutido até então: é a dimensão da própria idéia de vitaliciedade.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ainda não chegamos a essa questão, mas chegaremos.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Exatamente. Agora, no caso específico – o caso Cunha Lima –, já tive oportunidade de apontar que a revogação da Súmula 394 foi uma grande gafe histórica, apontada pelo Ministro Sepúlveda Pertence. Mostrei quando o relator disse que tinha de dar aquela solução, aquele “esparadrapo”. É inemendável. Tem de se rever o próprio modelo. Aquilo já havia sido apontado no voto do ministro Sepúlveda Pertence quando disse: “para os crimes funcionais, sim”. Vimos que a situação era incontornável, porque a revogação, na verdade, foi uma fuga em relação a processos que aqui estavam.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – De minha parte pelo menos, não foi. Ao votar, não parti para a autodefesa. Votei, sim, considerando o texto constitucional e o fato de a prerrogativa estar voltada à proteção do cargo, do exercício. Façamos justiça aos que formaram na corrente majoritária. Não fugimos a processos.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Segundo a jurisprudência sesquicentenária do Supremo Tribunal, conforme mostrava o Ministro Sepúlveda Pertence. Lê-se o texto sempre no sentido de se assegurar a prerrogativa de foro.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560-4**

PROCED.: CEARÁ

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

RECTE.(S): JOSÉ MARIA DE MELO

ADV.(A/S): EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Decisão: A Turma, em questão de ordem, por maioria de votos, decidiu afetar ao Tribunal Pleno o julgamento do presente recurso extraordinário; vencidos o Ministro Carlos Brito e a Ministra Cármen Lúcia. Falou pelo recorrente o Dr. Marcelo Leal. 1ª. Turma, 23.10.2007.

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, relator, negando provimento ao recurso, e do voto do Senhor Ministro Menezes Direito, que abre divergência para dar provimento ao recurso, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Eros Grau. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pelo paciente, o Dr. Marcelo Leal e, pelo Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 20.02.2008.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Menezes Direito.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.


Luiz Tomimatsu
Secretário

06/05/2010

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁV O T O - V I S T A

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: Trata-se de recurso extraordinário interposto contra decisão monocrática que declinou da competência do STJ para julgar criminalmente magistrado aposentado.

2. O Ministro Relator, Ricardo Lewandowski, votou no sentido do não-provimento do recurso, sob o fundamento de que não compete ao STJ julgar magistrado aposentado. Isso porque quem se encontra fora do exercício da função judicante já não faria jus ao foro especial, porquanto já desnecessário o resguardo dos jurisdicionados.

3. O Ministro Menezes Direito divergiu desse entendimento, sustentando, para tanto, que devem ser asseguradas ao magistrado aposentado as prerrogativas inerentes à magistratura, constando que o ato objeto do processo foi praticado no exercício da função judicante.

4. Peço vênica ao Ministro Relator para acompanhar a divergência.

5. Quando se trata de cargo de exercício temporário, a exemplo dos decorrentes de mandato eletivo, a prerrogativa é da função. Daí a prerrogativa do foro especial persistir apenas enquanto durar a função.

RE 549.560 / CE

6. No que diz respeito a magistrado, no entanto, a situação é diversa. O cargo é vitalício, de modo que perdura pela vida inteira, perecendo unicamente mercê de sentença judicial transitada em julgado. A prerrogativa é do cargo, não da função. Por essa razão projeta-se à aposentadoria.

É o voto.

06/05/2010

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

CONFIRMAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Senhor Presidente, eu fiz distribuir o meu voto que proferi à época, e que me baseio na jurisprudência da Casa, inclusive citando aqui a Ministra Ellen Gracie, Ministro Néri da Silveira, doutrina também, entendendo que desembargador aposentado não tem mais a prerrogativa de foro, é julgado por um juiz comum após a sua aposentadoria.

Nós estamos agora no Brasil como um todo, observando o movimento de redução substantiva daquelas pessoas que podem ter o chamado privilégio de foro. Um número reduzidíssimo de pessoas de elevadas funções que exercem que tem o direito a uma proteção especial.

Eu, no meu voto, exatamente veiculo esse aspecto de que a proteção não é da pessoa do magistrado, não é nem do cargo propriamente dito - perdoe-me o eminente Ministro Eros Grau -, mas quem é protegido com as prerrogativas da Magistratura é a cidadania, para garantir exatamente o julgamento isento.

O meu voto é nesse sentido, peço vênia para não repeti-lo, por isso que fiz distribuí-lo, para manter esse entendimento e concluir por - como digo aqui no final do meu voto -, acompanhando a jurisprudência da Corte, negar provimento ao recurso.

06/05/2010

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

DEBATE

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Senhor Presidente, se Vossa Excelência me permitir?

O meu voto foi extremamente breve e incisivo, não obstante a extensão do voto do Ministro Relator. Primeiro, eu me louvei basicamente na divergência já instalada pelo Ministro Menezes Direito, mas também na circunstância de que não se trata de privilégio, e, sim, de prerrogativa.

O Tribunal Pleno examinou inúmeras vezes essa questão, tendo ficado muito claro que o privilégio é uma exceção. Aliás, Rui Barbosa dizia que a melhor maneira de se combater qualquer qualificação jurídica é dizer que ela consubstancia um privilégio.

Aqui não há privilégio, há prerrogativa de foro. É exata e precisamente porque eu não concebo, no caso, a existência de um privilégio, mas, sim, de uma prerrogativa, que eu, objetiva e sucintamente, em uma página e meia de voto, na verdade nem uma página e meia, em uma página e algumas linhas, pedi vênica para divergir do Ministro Lewandowski, no sentido de dar provimento ao recurso.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Senhor Presidente, apenas acrescentar, respeitando o ponto de vista do eminente Ministro Eros Grau e, sem dúvida nenhuma, o saudoso Ministro Menezes Direito, é só para observar que, se esta tese for vencedora, isso significará que os Ministros desta Suprema Corte terão, pelo resto de suas vidas, o privilégio de serem julgados por esta Suprema Corte, o que me parece, *data venia*, antirrepublicano ao extremo.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - É prerrogativa, Ministro, não privilégio.

Não quero instalar uma discussão, mas continuo a insistir que essa é uma prerrogativa que considerarei não em meu benefício, pessoa física de

RE 549560 / CE

Eros Grau, mas da função que exerço hoje, com muita coragem, para enfrentar qualquer adversidade. Mas isso é uma prerrogativa do meu cargo, não um privilégio de Eros Grau.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, eu não resisto à tentação de participar, de logo, do debate muito instigante, mas para dizer que a aposentadoria rompe o vínculo jurídico funcional com a pessoa estatal respectiva, tanto que se dá a vaga no cargo. E o cargo vago vai ser preenchido por outra pessoa. O aposentado mantém um vínculo, sim, com a pessoa jurídica originária, mas de caráter, digamos, financeiro. É um direito vitalício de crédito contra a Fazenda Pública.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não chega a ser um inativo para os atos da vida em geral.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Há o hábito aqui de se chamar os Ministros de Ministros de hoje e de sempre. Vamos ter que suspender isso.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Mas nós teremos os desembargadores de hoje e de sempre aos milhares ou dezenas de milhares.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Ministros de sempre numa cortesia vernacular, mas são Ministros de ontem.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Logo agora que eu estou saindo param de chamar de Ministro de sempre. Logo agora!

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Vossa Excelência é um superministro. Não deixaremos de chamá-lo.

RE 549560 / CE

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - A vitaliciedade como categoria técnica não significa por toda a vida; significa que o titular do cargo não pode dele se desinvestir senão por efeito de uma sentença judicial com trânsito em julgado. Eu digo se desinvestir sancionatoriamente. E cai o titular do cargo e, com ele, a prerrogativa de foro.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro, o que mais me preocupa no contexto é que, à época em que cancelamos o Verbete nº 394, propôs-se uma solução intermediária para ter-se a prerrogativa se a imputação estivesse ligada ao cargo anteriormente ocupado – foi a posição do Ministro Sepúlveda Pertence. Procedemos de forma linear, declaramos a inconstitucionalidade inclusive do artigo 84 do Código de Processo Penal. Agora vamos rever esse cancelamento para estabelecer distinção logo no tocante à clientela interna?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A questão é delicada, tendo em vista vários aspectos. Eu vou narrar um episódio que ocorreu, não faz muito tempo, com o nosso dileto, caríssimo Ministro Carlos Velloso, eu na Presidência do Tribunal, ele é testemunha. Certa feita, não faz muito, numa dessas operações aí, a chamada "João de Barro", salvo engano, da Polícia Federal, o delegado intimou o Ministro Carlos Velloso – isso é um fato conhecido – para comparecer à Polícia Federal com aquele caráter de humilhação proposital que nós sabíamos que marcava esse tipo de ação, dizendo, inclusive – isso se fez veicular – que ele se envolvera indevidamente no processo eleitoral enquanto juiz do Tribunal Superior Eleitoral.

É nesse contexto que nós devemos olhar a questão. Fui eu que falei, com grande dificuldade, à época, com o delegado Diretor-Geral da Polícia Federal, ainda hoje, o Sr. Luiz Fernando Corrêa, para dizer que, no nosso entendimento – depois comuniquei isso à Corte –, aquela prerrogativa de comunicação subsistia no Regimento Interno, a despeito de se tratar de um Ministro aposentado.

Parece que nós temos que olhar essa questão com seriedade, tendo

RE 549560 / CE

em vista esse elemento da vitaliciedade.

Eu fico a imaginar um Corregedor Nacional de Justiça, como o atual corregedor, que se aposenta, vai para casa e, amanhã, um procurador enceta uma ação contra ele. E ele vai responder perante juiz que eventualmente foi punido ou supervisionado – é este o quadro que estamos a falar. Ou no caso de um corregedor, num tribunal de justiça de um Estado.

O ministro Peluso mencionou recentemente as atividades desenvolvidas no tribunal de São Paulo. Não se trata de nenhum temor. Trata-se apenas de reconhecer este tipo de prerrogativa. E o ministro Menezes Direito dizia que a vitaliciedade não tem esta dimensão, pelo menos a de garantir essas garantias para além do cargo. Eu não subscrevo essas preocupações quanto a esses argumentos de princípio republicano, até porque vejo nesses casos, muitas vezes, um certo excesso. Eu fico a imaginar: se o Presidente da República tivesse que dar satisfação a toda hora dos seus atos perante os procuradores e os delegados de polícia federal, ele não faria outra coisa em suas viagens.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Enquanto no cargo.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E mesmo depois, eu imagino que a questão ganha dimensão em relação à função.

Agora, veja que, em relação ao juiz, tem esta conotação adicional. E era pra isso que chamava a atenção o ministro Menezes Direito; quanto ao elemento de vitaliciedade, é isso que está sendo agora apontado, preconizado no voto do ministro Eros Grau.

É evidente que o processo tem de andar, é evidente que o processo tem de ter a sua definição. Tanto é que temos tomado todas as medidas no sentido de que os processos com prerrogativa de foro tenham o seu curso normal, que não haja a interrupção. Daí a aprovação da lei, por exemplo, quanto ao magistrado instrutor. Daí as medidas todas que têm sido tomadas quanto ao núcleo de processo penal e a necessidade de que,

RE 549560 / CE

de fato, haja definição. Mas realmente é preciso que nós colhamos esta questão tendo em vista também essas razões de índole prática.

Eu sempre menciono quando esse debate vem a plenário. Certa feita, passava por Portugal, e o nosso direto amigo professor Jorge Miranda destacava os abusos que estavam sendo cometidos. E ele entendia, exatamente, que por falta de mecanismos ligados à chamada "prerrogativa de foro". Portanto, é apenas para reflexão. E, no caso concreto, os senhores têm o testemunho do ministro Carlos Velloso, um caso que ocorreu não faz muito tempo.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Vai se repetir assim que alguns de nós deixarmos esta Corte; vai se repetir se não for mantida essa prerrogativa. Pode escrever o que estou dizendo.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Mas a prerrogativa é em função da investidura no cargo. Com a desinvestidura, o aposentado decai da prerrogativa. Não é *intuitu personae* a prerrogativa; não acompanha a pessoa como se fosse uma indumentária, uma roupa, um colar, um anel.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - É isso que se está votando, ministro.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro, e prevaleceu quando discutimos a matéria, a convicção de que a competência do Supremo e do Superior Tribunal de Justiça é de direito estrito. Então, se formos ao texto, veremos que se atribui competência ao Superior Tribunal de Justiça para julgar membro de Tribunal – tribunal regional ou tribunal de justiça. No caso, tem-se pessoa que está afastada, em virtude de aposentadoria, do tribunal.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Por isso a discussão à luz do princípio da vitaliciedade. O que ele significava, e foi essa exatamente a questão que foi suscitada.

RE 549560 / CE

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Voltamos a discutir matéria da maior importância.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Senhor ministro, permita-me uma sugestão? No meu voto, faço até uma distinção entre a vitaliciedade que é adotada nos Estados Unidos, chamada *life tenure*, que é vitaliciedade, de fato, com essa nossa vitaliciedade que, na verdade, se esgota quando a pessoa se aposenta ou sai do cargo.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Ministro, o art. 95 da Constituição diz: "*Os juízes gozam das seguintes garantias:*". Quem saiu do cargo não é mais juiz.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Não é mais juiz, não é membro do Poder.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - *Data venia*, forçaram um pouco os limites.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - É simples. Pra mim, a questão se põe na matéria constitucional. Os juízes gozam dessa garantia. Ele não é mais juiz. Tanto não é que eles advogam.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Espero presenciar época em que – perdoe-me o ministro Gilmar –, observado o princípio republicano, todos sejamos iguais.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Na verdade, o ministro Marco Aurélio sabe o que penso sobre essa matéria.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Perdoe-me, ministro Gilmar, é que o princípio da igualdade é reafirmado aí. Porque a igualdade consiste também em se tratar desigualmente os desiguais.

RE 549560 / CE

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mas que temor da primeira instância, não é?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - George Orwel, em "A Revolução dos Bichos", já dizia que alguns são mais iguais que os outros.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Isso é fundamental que seja observado. Se não se observar isso, nós traduzimos a igualdade numa espécie assim de afirmação demagógica. Ela tem que se realizar, na prática, mantendo-se esse tipo de prerrogativa. Por quê? Porque há desigualdade. E o que se reclama é que, na desigualdade, haja tratamento desigual, não tratamento igual. Perdoe-me.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Mas a prerrogativa é *intuitu functionae*; em razão da função, em razão do cargo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mas veja Vossa Excelência que existe a outra face da moeda. Há quem diga, também, que a prerrogativa, implicando queima de etapas na tramitação do processo, mostra-se até prejudicial ao acusado.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Sem dúvida.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Vossa Excelência me permite? O tema é extremamente delicado e conviria que o retomássemos após a ponderação e o voto do ministro Eros Grau, com a presença dos ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. É um tema muito delicado e diz respeito a prerrogativas da própria Magistratura.

06/05/2010

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

TRIBUNAL PLENO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560
ANTECIPAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, sou tão convicto, tenho muito poucas convicções, mas, neste caso, sou tão convicto de que não há prerrogativa acompanhando o servidor que se desinveste do seu cargo, da sua função, que vou pedir vênica para antecipar o voto e acompanhar o ponto de vista do ministro Lewandowski.

.....

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560**

PROCED.: CEARÁ

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

RECTE.(S): JOSÉ MARIA DE MELO

ADV.(A/S): EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

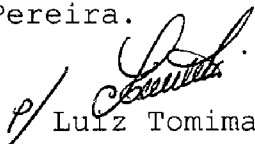
Decisão: A Turma, em questão de ordem, por maioria de votos, decidiu afetar ao Tribunal Pleno o julgamento do presente recurso extraordinário; vencidos o Ministro Carlos Brito e a Ministra Cármen Lúcia. Falou pelo recorrente o Dr. Marcelo Leal. 1ª. Turma, 23.10.2007.

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, relator, negando provimento ao recurso, e do voto do Senhor Ministro Menezes Direito, que abre divergência para dar provimento ao recurso, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Eros Grau. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pelo paciente, o Dr. Marcelo Leal e, pelo Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 20.02.2008.

Decisão: Após o voto-vista do Senhor Ministro Eros Grau, dando provimento ao recurso, e o voto do Senhor Ministro Ayres Britto, acompanhando o Relator para negar provimento ao recurso, o julgamento foi suspenso para aguardar a composição completa. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 06.05.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.


p/ Luiz Tomimatsu
Secretário

22/03/2012

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

V O T O

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, eu também entendo que o foro por prerrogativa de função, pela própria natureza do instituto, afasta o princípio da igualdade e só se justifica em função do exercício do cargo. E, aí, justifica-se, sim, diante da necessidade, no caso específico da magistratura, de garantia da independência judicial.

Uma vez aposentados, comungo da compreensão do eminente Ministro Lewandowski e também do Ministro Relator, que assim votou, no sentido de que, como cidadão, os magistrados, ainda que vitalícios - e vitaliciedade não se confunde com prerrogativa de foro, no caso foro privilegiado, é instituto diverso -, não detém mais o dito privilégio de foro.

Por isso, nego provimento ao recurso, pedindo vênias aos que entendem de forma contrária.

22/03/2012

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

ANTECIPAÇÃO AO VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, também acompanho o Ministro Relator, Ministro Ricardo Lewandowski, no sentido de negar provimento aos recursos, até porque a prerrogativa é do cargo e esse cargo fica quando o juiz vai embora. Portanto, todas as garantias inerentes ao cargo permanecem no cargo e a pessoa deixa essa qualificação, em que pese, em alguns casos, a Constituição ter assegurado o direito do uso do título, da permanência do título. Mas, realmente - talvez esteja aí a grande confusão -, é exclusivamente uma benesse que a Constituição garantiu, mas não significa que o cargo permanente possa ainda, de alguma forma, estender os seus efeitos, que virariam, neste caso, privilégios, no sentido monárquico mesmo.

Eu também estou acompanhando o Relator, fazendo a juntada do voto nesse sentido.

#

22/03/2012

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Senhor Presidente, eu comungo da opinião do Ministro Ricardo Lewandowski, mas com uma pequena correção. Sua Excelência disse que o desembargador, ao se aposentar, torna-se uma pessoa comum. Penso que o desembargador já é uma pessoa comum, ele só perde o privilégio, esse privilégio absurdo do foro privilegiado.

Acompanho o Relator.

22/03/2012

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

TRIBUNAL PLENO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560
CONFIRMAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, do ângulo do aposentado, é preciso considerar que a aposentadoria é um sair dos quadros estatais; sair para não voltar, se a aposentadoria é legal. É um desgrudar-se dos quadros estatais como quem corta rente, cessa um cordão umbilical.

Quem era membro do Poder, uma vez aposentado, passa a ex-membro do Poder, já não se vincula a ele. E, por outro lado ou por outra volta, são indissociáveis a prerrogativa de foro e o exercício do cargo, porque a prerrogativa não é **intuitu personae**, não é da pessoa, é **intuitu functionae**, é da função. No caso, a dignidade que se confere não é propriamente ao magistrado, é ao cargo de magistrado. É preciso deixar isso bem claro. Ocupar um cargo de magistrado não é, Ministro Marco Aurélio, digamos assim, cantar o hino do flamengo: Uma vez flamengo, sempre flamengo; uma vez magistrado, sempre magistrado. Não é assim. A aposentadoria retira do magistrado esse título funcional.

De sorte, Senhor Presidente, que, com a aposentadoria, não há mais deveres por parte do magistrado aposentado e também não há mais direitos que são típicos do magistrado em atividade, nem ônus nem bônus. Nessa medida, o voto do Ministro Ricardo Lewandowski me parece irretocável.

Quanto à observação de Vossa Excelência, Ministro Joaquim Barbosa, de que o desembargador já é uma pessoa comum, claro que todos nós comungamos desse ponto de vista, porque, na magistratura, todos nós somos, **lato sensu**, servidores públicos. E servidor público não é outra coisa senão servidor do público, do mais simples funcionário - do ponto de vista hierárquico e remuneratório - ao Presidente da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal etc.

RE 549.560 / CE

Senhor Presidente, acompanho o Relator em tudo e por tudo.

#

22/03/2012

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Presidente, um dos casos, acho, já havia sido objeto de divergência do Ministro Menezes Direito, e eu me manifesto exatamente nesta linha. Entendo que, a despeito do limite estabelecido quanto à idade e à não vitaliciedade em sentido amplo, que vem do Direito americano, a mim me parece – e me parece que Sua Excelência fundamentou bem – que faria todo o sentido que a prerrogativa de foro acompanhasse o desembargador, no caso, ou quem eventualmente viesse a ter essa prerrogativa – ministro ou juiz de outro tribunal.

Lembro-me do texto do Ministro Direito que dizia:

"(...) se um magistrado é vitalício no exercício da sua função judicante e se, eventualmente, em razão dessa atividade, comete determinado ato que pode ser imputado como o objeto de determinada ação, esta não se refere a qualquer atividade posterior ao exercício da função judicante, mas, ao revés, ao converso, refere-se concretamente ao exercício da função judicante. Quando um magistrado, sob qualquer circunstância, em qualquer instância, em qualquer tribunal, exerce atividade judicante, tem de ter, até por princípio de responsabilidade do sistema constitucional, a proteção que a Constituição lhe assegura".

Não bastasse esse fundamento, a meu ver suficiente, pelo menos – insisto – na perspectiva em que enxergo o problema posto a julgamento desta Suprema Corte, o nosso país, recentemente – creio que em 2002 –, participou do chamado Estatuto de Roma, que aprovou o Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Desse Estatuto, consta um dispositivo, integrado pela adesão brasileira, relativo à garantia dos juízes que o

RE 549.560 / CE

integram. Trata-se do artigo 48, que explicitamente diz:

“Art. 48.....

Privilégios e imunidades

1 - O Tribunal gozará, no território dos Estados Partes, dos privilégios e imunidades que se mostrem necessários ao cumprimento das suas funções.

2 - Os juízes, o procurador, os procuradores-adjuntos e o secretário gozarão, no exercício das suas funções ou em relação a estas, dos mesmos privilégios e imunidades reconhecidos aos chefes das missões diplomáticas, continuando a usufruir de absoluta imunidade judicial relativamente às suas declarações, orais ou escritas, e aos actos que pratiquem no desempenho de funções oficiais após o termo do respectivo mandato”.

Chamava a atenção Sua Excelência, então, para esse dispositivo do Estatuto de Roma:

"Na minha avaliação, o Tribunal Penal Internacional quis assegurar no seu estatuto exatamente a proteção ao exercício da atividade judicante. Não haveria outro sentido o privilégio, que não é privilégio, mas prerrogativa dos magistrados, senão o de cobrir, proteger e assegurar garantia necessária ao exercício da função, conforme a prerrogativa específica conferida pela Constituição por meio do inciso I do artigo 95.

Entendo, primeiro, para não me alongar mais (...) que a matéria pode, sim, e deve ser submetida ao julgamento do Pleno desta Suprema Corte por conter essa particularidade, que, ao meu sentir, deve ser enfrentada. Em segundo lugar, se enfrentada, como entendo deva sê-lo, a minha convicção é [e então ele pedia vênias ao Ministro Ricardo Lewandowski] para conhecer do recurso interposto assegurando a esse magistrado aposentado plena prerrogativa das garantias inerentes à magistratura, constando que o ato objeto do processo foi praticado no exercício da função judicante”.

Essa questão já fora objeto, em parte, de um debate, nos idos de

RE 549.560 / CE

1952, nesta Corte, em que se discutia essa temática numa perspectiva em que se dizia na ementa do acórdão:

“Têm os desembargadores, ainda que estejam servindo nos tribunais eleitorais, assegurado o foro privativo do Supremo Tribunal Federal para o processo e julgamento dos crimes que cometam no exercício de funções eleitorais.

Tais crimes são de responsabilidade.

O artigo 12, letra *a*, do Código Eleitoral, não abrange os juízes daquele tribunal que foram ministros ou desembargadores.

Não se modificam as regras de competência acima exaradas pela aposentadoria que sobrevenha do magistrado” (HC 32.097/MT, Rel. Min. Mário Guimarães, Pleno, julgado em 20.8.1952, grifamos).

Na oportunidade, o eminente Ministro Nelson Hungria acrescentou que o “magistrado leva consigo a prerrogativa de cargo”, com fundamento justamente na vitaliciedade, o que o diferenciava de outros cargos como o de governador de Estado (HC 33.440/SP, red. para o acórdão Min. Nelson Hungria, Pleno, julgado em 26.1.1955).

Assim, Presidente, já à época se afirmava que, no requisito da vitaliciedade, estava implícita também essa prerrogativa. E, veja, em relação ao magistrado, isso faz tanto mais sentido, porque cada vez é mais evidente que, em muitos casos, ele arrostará a situações que vão demandar ânimos, talvez, que possam afetar a própria imparcialidade.

Eu fico a imaginar, por exemplo, um Corregedor, uma Corregedora do CNJ, que depois seja submetido a julgamento, ou mesmo o Presidente do CNJ, que depois seja submetido a julgamento em primeiro grau. Isso aqui não tem nada a ver com privilégio. Quando se fala em prerrogativa de função, é bom que se diga, há uma razão de existir para esta opção, que não tem nada a ver com privilégio, é a presunção de que órgãos com uma dada estatutura, com uma dada formação, estarão menos suscetíveis a eventuais – vamos chamar assim com todas as letras – populismos judiciais, que nós sabemos que ocorrem. Isso não tem nada a ver com

RE 549.560 / CE

privilegio, mas é uma prerrogativa de caráter funcional – era nesse sentido que estava a se tratar. O que há na verdade em torno do foro, realmente, é a sua utilização para populismo judicial fácil.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Vossa Excelência me permite um aparte com todo o respeito ?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sim.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Eu também me baseei no conceito técnico de prerrogativa. Prerrogativa é direito subjetivo, mas não é um direito subjetivo conferido a uma série aberta de beneficiários, mas a uma série fechada; é um super-direito. Mas, no caso, prerrogativa dos magistrados responde a uma exigência técnica: é condição de exercício ativo e independente do cargo. Se já não há exercício do cargo, não subsiste a prerrogativa.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Essa que é a discussão.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Se Vossa Excelência me permite, é só uma indagação que vale para tudo: Vossa Excelência admitiria prerrogativa de foro quando o objeto da demanda seja a prática de um ato no exercício da função?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - É disso que se cuida.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - É isso que é o mais importante.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Essa é uma longa discussão. Se essa tese prevalecer, o foro privilegiado dos parlamentares cessa.

RE 549.560 / CE

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, quando discutimos a matéria, houve proposta do Ministro Sepúlveda Pertence de se preservar a prerrogativa de foro quando o ato tivesse sido praticado no exercício do cargo ou mandato. O Tribunal refutou esse entendimento e assentou a inconstitucionalidade de parte do artigo 84 do Código de Processo Penal.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Já havia pensado nisso?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Sim.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Fico muito feliz. Eu penso do mesmo modo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Propôs que se adotasse um temperamento.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Por ocasião da revisão da Súmula nº 394.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Se Vossas Excelências me permitem, *a contrario sensu*, nós teríamos que admitir - e essa é uma tese que nós estamos gestando, eu digo o conjunto do Plenário, e o Ministro Celso de Mello é um dos que está liderando esta reflexão - o seguinte: um parlamentar que tem foro especial e que está sendo processado por algo que fez antes do exercício do mandato, a prevalecer esta tese, também não teria o foro privilegiado, o foro especial aqui.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

O Ministro Menezes fez uma distinção.

RE 549.560 / CE

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - O foro do ato praticado no exercício da função.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Sim, se for assim...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Presidente, eu não tenho voto nesta ação, mas tenho voto na outra que está em julgamento.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Na outra, eu sei.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

O Ministro Menezes, no voto proferido neste RE 549.560, abriu a divergência e explicitou a diferença entre cargo temporário ocupado por mandato e cargo de magistrado, que é vitalício. E a vitaliciedade, segundo o voto dele, configuraria essa distinção em relação àqueles que exercem cargos temporários, e justificaria, então, a prerrogativa de foro. Só para defender a posição da cadeira, pois, com muita honra, sucedi Sua Excelência.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Agora, essa é uma discussão delicada para o Supremo Tribunal Federal, a prevalecer essa tese também, nós estaríamos auto-outorgando também o foro privilegiado. Ou seja, quando nós nos aposentarmos - claro -, como Ministros vitalícios da Corte, seríamos julgados pela própria Corte.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Isso acontece, como qualquer benefício.

RE 549.560 / CE

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Eu, quando me aposentar, quero ser um cidadão comum - aí no sentido de *commoner*, como dizem os ingleses, da Câmara dos Comuns - e ter os direitos e deveres de um cidadão comum.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Mas veja o absurdo a que isso levaria, qualquer magistrado do país preservaria esse privilégio, essa prerrogativa de foro.

No entanto, a mais alta, a mais legitimada autoridade do país, que é o Presidente da República, que é eleita, em nosso país, com cento e trinta milhões de votos, essa autoridade não teria essa prerrogativa, apenas os magistrados, que não são eleitos, que têm uma legitimidade mitigada...

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Mas é que o Presidente da República também seria vitalício.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

O Presidente da República tem imunidade processual durante o exercício do mandato.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Depois que ele deixar.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - É a discussão que se travou após a revisão da Súmula nº 394, porque o entendimento é de que os atos praticados no exercício do mandato gozariam da prerrogativa; houve, então, a revisão, até porque o foco na época – a gente sabe – eram os parlamentares, que acabavam perdendo o mandato, e não havia a outorga de licença. Essa é uma razão subjacente na opção do Tribunal, não havia a outorga de licença, porque foi antes da reforma constitucional ocorrida. O Tribunal, na verdade, recebia o protocolo da denúncia, mas não podia prosseguir. E, depois, o parlamentar perdia o mandato, e começava, então, esse quadro: o processo ficava aí parado. Foi nesse

RE 549.560 / CE

contexto que o Tribunal fez a revisão da sua Súmula e, depois, esse quadro mudou. Nós temos esse fenômeno hoje, portanto, do passeio do processo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro, Vossa Excelência me permite apenas um aparte? A matéria está vencida, Presidente, porque, em processo objetivo, declaramos a inconstitucionalidade do §1º do artigo 84, que foi uma reação do Congresso ao cancelamento do verbete da súmula.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não, não está vencida.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Esse parágrafo trouxe à balha a persistência da prerrogativa de foro, quando praticado o ato no exercício do mandato, ou no implemento de função alusiva ao cargo. Agora, se reabirmos a discussão e entendermos que prevalece a prerrogativa de foro, e a prerrogativa é funcional e não pessoal, se entendermos dessa forma, estaremos restabelecendo preceito que já declaramos inconstitucional no processo objetivo. Leio o § 1º do artigo 84 (Lei nº 10.628/2002), porque – veja a reação do Congresso em 2002 – se inseriu esse parágrafo que declaramos inconstitucional:

§ 1º A competência especial por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece ainda que o inquérito ou a ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.

Proclamamos que, no caso, esse preceito – repito – trazido à balha em reação ao cancelamento de verbete da súmula da jurisprudência predominante do Supremo, seria conflitante com a Carta da República. Podemos restabelecê-lo em um julgamento subsequente? Podemos dizer que o que decidido, como ressaltado pelo relator, Ministro Ricardo Lewandowski, no voto proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade

RE 549.560 / CE

nº 2.797-DF, deixa de ter valia? Não, o preceito foi fulminado a partir dessa premissa: a competência por prerrogativa é de direito estrito, e é algo ligado não à pessoa, mas ao cargo em si. É uma prerrogativa funcional e não pessoal. Por isso, está vencida a matéria.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A matéria não está vencida, Presidente.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, apenas para conferir, eu estou impedido nos dois processos?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Continuo com a palavra, Presidente. Eu gostaria só de esclarecer que eu estou com a palavra e que a matéria não está vencida, e não está vencida porque é outra a *causa petendi*. Foi exatamente o que o Ministro Direito colocou nesse debate. Foi um *distinguishing* em relação à interpretação sobre a questão da vitaliciedade. Não se trata de restabelecer a matéria.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Aí, Ministro, é pior, porque estaremos cuidando e abrindo exceção quanto ao público interno do Judiciário.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas essa é a discussão que se coloca e essa é a discussão de conveniência, não é a discussão de interpretação constitucional. E, em relação a isso, portanto, foi que se colocou a temática. E não era um tema novo, tanto não era um tema novo, que isso foi discutido pelo Tribunal em 1952, nesse *Habeas Corpus* nº 32.097.

Quanto à discussão sobre se deve, ou não, o Presidente da República, ter esse tipo de garantia – e ele goza, inclusive, da imunidade –, há debates no Congresso e há até emenda aprovada no Senado nesse sentido, no mesmo sentido em que se fez a lei. Portanto, não é disso que se cuida. Aqui está-se discutindo apenas a interpretação do dispositivo a

RE 549.560 / CE

propósito da vitaliciedade.

E o que disse, então, o saudoso Ministro Menezes Direito? Que, no conceito de vitaliciedade, estava inserida também a preservação da prerrogativa de foro. E nós sabemos que, por razões práticas, é evidente a possibilidade, a necessidade mesmo, de que, em muitos casos, isso se faça. Basta ver a situação de um corregedor, atuante num dado tribunal, que agora se submeta a um processo em primeiro grau, para que se saiba como isso vai ser conduzido. E se sabe como será conduzido. Em geral, nós sabemos como isso ocorre.

Então, Presidente, é apenas essa colocação. Agora, se se vai interpretar como conveniente, ou não, isso é metafísica jurídica. Isso não tem nada a ver com a interpretação do texto em que se está discutindo a vitaliciedade. Amanhã, um corregedor do CNJ, ou integrante do CNJ, que esbarra na compulsória, submetido a primeiro grau, puniu um juiz que agora vai decidir o seu caso. Em suma, são múltiplos os exemplos que dizem respeito exatamente à proteção institucional que se quer dar ao sentido mesmo da prerrogativa de foro.

No mais, o que existe aqui é um bocado de demagogia jurídica. O mesmo argumento do republicanismo, de que se fala e cita o exemplo do Presidente americano, é equivocado. Nós vimos o ridículo daquela situação americana! Nós vimos aquele promotor depois processado. E se diz: esse é um bom modelo. Que bom modelo?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Permita-me um aparte, Ministro Gilmar.

Eu já tive oportunidade, em debates e discussões fora do Colegiado, em sala de aula, em academia, em palestras, quando questionado, de defender o foro por prerrogativa de função, e não vejo aí nenhum privilégio, pelo contrário, muito pelo contrário! Privilégio é começar o processo nas instâncias inferiores, com os prazos de prescrição que o legislador nos dá para julgar com trânsito em julgado, uma ação penal. Quanto à prerrogativa de foro, em debates, eu já disse o seguinte, que agora trago ao Colegiado para refletir exatamente sobre esse ponto que

RE 549.560 / CE

Vossa Excelência toca, Ministro Gilmar: esse discurso do republicanismo, ele é colocado invertido, a meu ver, porque o republicanismo é o seguinte: eu fico pensando, desconheço, pós-Constituição de 88, em estado democrático de direito, um tribunal local que tenha dado ordem de prisão ao governador respectivo. E o Superior Tribunal de Justiça já determinou a prisão de governador de Estado.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Mas isso são os novos tempos que foram instalados entre nós há pouco, Ministro.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

É só esse tema que eu queria trazer aqui à reflexão das Senhoras e dos Senhores, afora a questão federativa.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Nós vivemos numa outra Era.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Trago à reflexão das Senhoras e dos Senhores.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Nós vivemos em uma outra Era, Ministro.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Se um tribunal de justiça... se a competência para julgar ação penal fosse de um tribunal local, prisão temporária seria decretada?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Ou juiz?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Ou por juiz de primeiro grau? E o Superior Tribunal de Justiça o fez. Isso não é privilégio; pelo contrário, é ter autoridade. Exercer a autoridade. Exercer a autoridade exatamente por estar absolutamente

RE 549.560 / CE

isento diante das relações de poder, ou de relações conjunturais, ou de relações locais, para julgar de maneira mais isenta do que o julgador local.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E outro ponto importante, que foi manipulado na opinião pública, que era o não funcionamento, a não atividade da chamada jurisdição do foro. Por quê? Porque, na verdade, nós sabemos, a maioria dos inquéritos aqui existentes no Supremo Tribunal Federal são inquéritos que envolvem parlamentares, e até muito recentemente, até os anos 2000, necessitava-se da licença. Logo, os processos não tinham de fato andamento, e aí se dizia: "Nunca julgou". E, quando havia julgamento e havia absolvição, se dizia: "Ah, mas só absolveu, não condenou". Esquecendo-se, inclusive, das querelas políticas que marcam muitos dos processos que chegam aqui. Nós vimos esses dias ainda, na tribuna, esses casos envolvendo querelas políticas que se convolam depois em ações criminais e resultam em absolvição.

E outra coisa que é importante destacar: tribunal existe para julgar, não é para condenar. Até no samba se diz: primeiro, é preciso julgar, para, depois, condenar. O que existe para condenar é tribunal nazista, é tribunal soviético. Então, quer dizer, é preciso ter essa dimensão do caso. É um apanhado muito mesquinho dessa realidade. Então, é nesse contexto, portanto, que se deve julgar com tranquilidade. Pode-se dizer: Não! Está-se fazendo, sim, uma opção política no sentido de não se outorgar a prerrogativa de foro, mas não com o argumento de privilégio, porque não se trata de privilégio. A prerrogativa de foro aqui realmente deveria proteger o Presidente da República fora do mandato, porque é fora do mandato que se coloca essa perspectiva, porque, no período do mandato, ele terá inclusive a imunidade.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Aliás, na história, quantos ex-Presidentes do Brasil sofreram depois que deixaram o mandato!

RE 549.560 / CE

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Prerrogativa não é privilégio. Realmente, não é. Privilégio é categoria de regime monárquico.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não se trata de privilégio. É só para colocar os termos devidos e dar argumentação jurídica para as questões.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Vossa Excelência faça justiça ao meu voto. Certamente não está se referindo ao meu voto, porque eu fiz um voto eminentemente técnico baseado na jurisprudência da Casa, em doutrina abalizada.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não estou me referindo ao voto de Vossa Excelência. Estou me referindo ao argumento de que se trata de privilégio. Não se trata de privilégio.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Privilégio é categoria jurídica própria de governo monárquico, em República não há privilégio, há prerrogativa.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Mas na nossa República há tantos privilégios, Ministro! Há tantos privilégios!

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Mas nos planos dos fato. Juridicamente o nome é prerrogativa.

Agora, quando a Constituição fala de prerrogativa de foro, diz que é o exercente do cargo. Por exemplo, o artigo 102, I:

"Art.102.

I - processar e julgar originariamente:

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República" - não o ex-Presidente -, "o Vice-Presidente da República" - não o ex-Vice-Presidente -, "os membros do Congresso Nacional" - não os ex-membros do Congresso Nacional -, "seus próprios Ministros" - não Ministros

RE 549.560 / CE

aposentado ou ex-Ministros - "e o Procurador-geral da República;"

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Até porque a Constituição não codifica, não é Ministro? A Constituição, na verdade, não é código. A Constituição apenas estabelece regras básicas em relação a essa temática, e por essa razão isso é susceptível de interpretação, não é? Então, é disso que se cuida, Presidente. Mas, sem polemizar, apenas “colocando os pingos nos is”, Presidente, eu me manifesto no sentido do provimento do recurso.

22/03/2012

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, não creio que uma decisão contrária aos recorrentes possa assustar ou intimidar a Corregedora Nacional de Justiça.

Quando enfrentamos a matéria, alusiva à Lei de 2002, como que restabelecendo o que houvera sido glosado pelo Tribunal quanto à persistência da prerrogativa de foro, e então, por arrastamento, também assentamos a inconstitucionalidade quanto ao § 2º, não apenas quanto ao § 1º. Na dicção do Ministro Sepúlveda Pertence, na oportunidade em que apreciamos o tema pela primeira vez, ferimos a matéria suscitada por Vossa Excelência, quanto à persistência da prerrogativa, quando praticado ato no exercício do mandato ou no implemento da função pública. Tive oportunidade de consignar:

Não vou tecer considerações maiores sobre a dualidade “prerrogativa e privilégio”. Caso o fizesse, numa óptica até visando à disciplina constitucional futura, entenderia que deveria tratar-se de competência linear, homenageando-se o princípio da igualdade e, portanto, sujeitando-se todo e qualquer cidadão, pouco importando o cargo exercido, ao respectivo juiz natural, sem a prerrogativa. Mas isso, a meu ver, não está em questão.

Digo, Presidente, que, no julgamento desse processo objetivo, a revelar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.797, fulminamos justamente o preceito que versava a extensão da prerrogativa.

Indago: agora, sem lei, e tendo em conta a premissa do Tribunal àquela época – de que a competência do Supremo é de direito estrito, é o que está na Carta e nada mais –, podemos restabelecer esse preceito e concluir que, ante a vitaliciedade – e não cabe distinguir, se o cargo é vitalício ou não –, cabe distinguir, fazendo-o, o que é pior – pior quanto à leitura externa –, relativamente ao público interno do Judiciário, já que os

RE 549.560 / CE

processos envolvem dois desembargadores? Sob minha óptica, não, Presidente. A meu ver, a menos que venha uma emenda constitucional alterando a Carta da República, devemos simplesmente reconhecer o que decidimos anteriormente.

Por isso, peço vênia aos colegas que divergem do relator para subscrever o voto proferido, que é um voto cuidadoso, minucioso, citando inclusive precedentes, a decisão em processo que teve como relator o Ministro Sepúlveda Pertence – proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.797, para desprover os recursos.

22/03/2012

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – (CANCELADO).

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO – (CANCELADO).

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Enquanto na monarquia nós temos súditos, na república nós temos cidadãos.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO – (CANCELADO).

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).

22/03/2012

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560 CEARÁ**VOTO**

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Eu peço vênua à maioria já formada.

Meu voto é, de certo ponto, intermediário. Eu reconheço a subsistência da prerrogativa, quando se trate de atos praticados no exercício da função, sejam eles de caráter penal ou não. E, no caso específico, cuida-se de atos de caráter penal praticados no exercício da função, por isso dou provimento ao recurso.

Eu não reconheço a prerrogativa de foro, quando se verse de atos praticados durante o exercício da função, mas não em razão do exercício da função. E, em relação aos atos que venham a ser praticados após a aposentadoria, também não a reconheço. Mas aqueles que foram praticados no exercício da função, acho que têm que ser apreciados pelo órgão que seria competente para apreciá-los, se o magistrado não estivesse aposentado. Ou seja, as mesmas razões que informam, neste caso, independentemente de estarmos concordes com ela ou não, o estabelecimento da prerrogativa de foro, permanecem, quando o magistrado se tenha retirado, mas o ato já tenha sido praticado.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.560**

PROCED. : CEARÁ

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

RECTE.(S) : JOSÉ MARIA DE MELO

ADV.(A/S) : EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, em questão de ordem, por maioria de votos, decidiu afetar ao Tribunal Pleno o julgamento do presente recurso extraordinário; vencidos o Ministro Carlos Brito e a Ministra Cármen Lúcia. Falou pelo recorrente o Dr. Marcelo Leal. 1ª. Turma, 23.10.2007.

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, relator, negando provimento ao recurso, e do voto do Senhor Ministro Menezes Direito, que abre divergência para dar provimento ao recurso, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Eros Grau. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pelo paciente, o Dr. Marcelo Leal e, pelo Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 20.02.2008.

Decisão: Após o voto-vista do Senhor Ministro Eros Grau, dando provimento ao recurso, e o voto do Senhor Ministro Ayres Britto, acompanhando o Relator para negar provimento ao recurso, o julgamento foi suspenso para aguardar a composição completa. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 06.05.2010.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao recurso, contra os votos dos Senhores Ministros Menezes Direito, Eros Grau, Gilmar Mendes e Presidente, Ministro Cezar Peluso. Não votaram os Senhores Ministros Luiz Fux e Dias Toffoli. Plenário, 22.03.2012.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber.

Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário